

O CONHECIMENTO INDÍGENA AO SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO

ENQUADRAMENTO PARA O SEU FUNCIONAMENTO

**Centro de Conhecimentos e Aprendizagem
Região África
Banco Mundial**

O Conhecimento Indígena ao Serviço do Desenvolvimento

Este documento foi elaborado por Reinhard Woytek (Consultor e Gestor da Iniciativa CI) sob a orientação de Nicolas Gorjestani (Gestor de Programa, Iniciativa CI). Este documento beneficiou de sugestões da Equipa da Iniciativa CI do Banco Mundial (Região África e Grupo de Soluções para a Informação) bem como do painel de consultores externos da Iniciativa CI composto de representantes das instituições parceiras. Uma primeira versão do documento (de 15 de Outubro de 1998) foi distribuída aos parceiros durante a reunião da PICTA em Tunes, de 21 a 23 de Outubro de 1998. O financiamento da Iniciativa CI está a ser feito através de uma doação de “Innovation Marketplace” do Banco Mundial. As opiniões e conclusões aqui expressas são as do autor e não reflectem necessariamente as opiniões do Banco Mundial ou das organizações suas afiliadas.

Novembro de 1998

Centro de Conhecimentos e Aprendizagem
Região África
Banco Mundial

Fotografia da capa cedida por R. Kiessling, GTZ, Eschborn:

Mulheres no Mali pintam tecidos utilizando motivos e técnicas tradicionais Bogolan.

Um Enquadramento Para o Seu Funcionamento

Índice

Panorama Geral

O que é o conhecimento indígena?

Qual a razão da importância do conhecimento indígena?

Importância do CI no processo de desenvolvimento

Importância do CI para a população pobre

Intercâmbio do Conhecimento Indígena

Enquadramento para o seu Funcionamento

Plano de Acção 1998-99

Questões Relacionadas

Direitos de propriedade intelectual do conhecimento indígena

Medidas nacionais de apoio ao conhecimento ao serviço do desenvolvimento

Papel da tecnologia de informação e comunicação

Aspectos controversos do conhecimento indígena

Anexos

Panorama da Iniciativa para Apoio do Conhecimento Indígena ao Serviço do

Desenvolvimento

Matrizes

Tipologia e Aspectos Seleccionados do Conhecimento Indígena a Nível de Comunidades

Aumentar e Melhorar as Informações Existentes sobre o Conhecimento Indígena

Aumentar a Percepção da Importância do Conhecimento Indígena

Formação de uma Rede Global para Intercâmbio do Conhecimento Indígena

A Partilha de Responsabilidades no Intercâmbio do Conhecimento Indígena

Meios Tradicionais de Transferência de Conhecimento Indígena

Meios Modernos de Transferência de Conhecimento Indígena

Intercâmbio de Conhecimento Indígena

Exemplos de Conhecimento Indígena

Centros de Recursos de Conhecimento Indígena

Metodologia

Acontecimentos Chave Relativos ao Conhecimento Indígena

Bibliografia e Newsletters/Publicações Seleccionadas

O Conhecimento Indígena ao Serviço do Desenvolvimento

Enquadramento para o seu funcionamento

Panorama Geral

Este documento foi preparado no contexto da Iniciativa para Promoção do Conhecimento Indígena ao Serviço do Desenvolvimento. Esta iniciativa é liderada pelo Banco Mundial em parceria com várias organizações participantes no âmbito da Parceria para a Tecnologia da Informação e Comunicação em África (PICTA). O documento assenta na premissa básica de que só se realizará uma verdadeira parceria global do conhecimento quando os povos dos países em desenvolvimento desempenharem ao mesmo tempo o papel de contribuintes e utilizadores desse conhecimento. Há, portanto, necessidade não só de se fazer chegar o conhecimento universal aos países em desenvolvimento, mas também de se familiarizar com o conhecimento indígena (CI) destes países, prestando particular atenção à base de conhecimento da população pobre. Para tal, o documento: explica por que razão o conhecimento indígena devia desempenhar um papel mais importante nas actividades de desenvolvimento do Banco Mundial e seus parceiros de desenvolvimento, e propõe princípios orientadores para a sua aplicação pelos parceiros de desenvolvimento com o fim de aumentar a percepção da importância do CI e de melhor integrar o CI nas actividades de desenvolvimento de modo a obter melhores resultados da assistência ao desenvolvimento.

O que é o conhecimento indígena?

A medicina botânica é um bom exemplo de CI, que tem afectado a vida das pessoas no mundo inteiro. A literatura sobre CI não apresenta uma única definição do conceito. No entanto, há várias características que estabelecem uma ampla distinção entre CI e outro tipo de conhecimento. O conhecimento indígena é específico de uma determinada cultura e sociedade. É a base para a tomada de decisões a nível local sobre agricultura, saúde, gestão dos recursos naturais e outras actividades. CI está enraizado nas práticas comunitárias, instituições, relacionamentos e rituais. Trata-se de um conhecimento essencialmente tácito que não pode ser facilmente codificado. Para ilustrar o conceito, o documento usa caixas descrevendo vários exemplos de práticas de CI e as lições chave a tirar para o desenvolvimento: adopção de variedades modernas de feijões na Colômbia e no Ruanda, distribuição da ajuda alimentar no Nepal, abolição da circuncisão/mutilação feminina praticada pelas mulheres de Malicounda no Senegal; certos rituais de cuidados pós-parto com a mãe e o bebé entre o povo Ibo na Nigéria, etc.

Qual a razão da importância do conhecimento indígena?

O conhecimento indígena fornece a base para as estratégias para a solução de problemas às comunidades locais, especialmente os pobres. Representa uma componente importante do conhecimento universal em matéria de questões de desenvolvimento. O conhecimento indígena é um recurso mal aproveitado no processo de desenvolvimento. Aprender do conhecimento indígena, investigando primeiro o que as comunidades locais conhecem e têm, pode melhorar a compreensão das condições locais e fornecer um contexto produtivo para as actividades concebidas para ajudar as comunidades. A familiarização com o CI pode aumentar a capacidade de resposta aos clientes. A adaptação das práticas internacionais à realidade local pode ajudar a melhorar o impacto e sustentabilidade da assistência ao desenvolvimento. Partilhar o CI com as outras comunidades locais e internacionais pode ajudar a um melhor entendimento entre as várias culturas e a promover a dimensão cultural do desenvolvimento. Acima de tudo, investir no intercâmbio do conhecimento indígena e na sua incorporação nos programas de assistência do Banco Mundial e dos seus parceiros de desenvolvimento, pode ajudar a reduzir a pobreza.

Como se processa a troca de conhecimentos indígenas?

A integração do CI no processo de desenvolvimento é essencialmente um processo de transmissão de informações de uma comunidade para outra. O processo de transmissão de CI dentro dos países em desenvolvimento e entre eles e entre os países em desenvolvimento e os industrializados engloba basicamente seis fases:

- **Reconhecimento e identificação:** algum do conhecimento indígena pode estar enraizado numa mistura de tecnologias ou de valores culturais, tornando-os irreconhecíveis à primeira vista para um observador externo (podem, assim, ser necessárias análises técnicas e sociais, para se identificar o conhecimento indígena);
- **Autenticação** que envolve uma avaliação do significado e importância do CI (para a solução de problemas), constância (ou seja, não se tratar de uma ocorrência acidental), funcionalidade (funciona bem?), eficácia e possibilidade de transferência;
- **Registo e documentação** representam um desafio principal por causa da natureza tácita do CI (é tipicamente transmitido através de comunicação pessoal do mestre para o aprendiz, de pai para filho, etc.). Em certos casos podiam usar-se ferramentas modernas, enquanto noutras circunstâncias talvez seja adequado depender de métodos mais tradicionais (por exemplo, relatos gravados, desenhos);
- **Armazenagem** em repositórios de acesso fácil: A armazenagem não se limita a documentos escritos ou electrónicos; pode incluir cassetes, filmes, narração de histórias, bancos de dados genéticos, etc.
- **Transferência:** esta fase compreende mais do que a mera transmissão de conhecimentos ao beneficiário, incluindo também o teste do conhecimento no novo ambiente. As experiências piloto são o método mais apropriado para esta fase; e
- **Divulgação** a uma comunidade mais vasta acrescenta a dimensão de desenvolvimento ao intercâmbio de conhecimentos e poderia promover um efeito em cadeia mais vasto e profundo da transferência de conhecimentos.

A troca de CI é o resultado ideal de uma transferência e divulgação bem sucedidas. É essencialmente um processo de aprendizagem pelo qual a comunidade que deu origem à prática de CI, o agente que transmite essa prática e a comunidade que adopta a prática, todos eles aprendem durante o processo. Dá-se, a seguir um exemplo de uma transmissão de CI bem sucedida, donde se podem extrair ensinamentos para o processo de desenvolvimento:

Aplicação: Transferência para o Ruanda do sistema agrícola de Washambaa, adaptação e retransferência.

O povo Washambaa das Montanhas Usambara na Tanzânia desenvolveram um sistema de utilização da terra que simula a vegetação das florestas naturais de folha caduca. Fizeram uma combinação, no mesmo lote, de plantas anuais e perenes, segundo um plano em vários níveis. Estes princípios foram transferidos para Nyabisindu, Ruanda num projecto assistido pela GTZ; foram também adicionados ao sistema pequenos socalcos com uma orla de arbustos e pastos de forragem. A prática adaptada às novas circunstâncias foi mais tarde de novo transferida para o povo Washambaa, após a densa população e necessidade de lenha terem dizimado a capa de vegetação do solo e a procura de lacticínios ter iniciado a introdução de melhores castas de gado.

Lição: A reprodução da vegetação natural é uma abordagem adequada para a conservação do solo; a transferência e a inclusão de novos elementos para a solução de novos problemas acrescenta valor ao conceito original, levando a uma troca eficaz de conhecimentos.

O que é que a comunidade da área de desenvolvimento devia fazer acerca do CI?

O documento propõe alguns princípios orientadores que giram em torno de quatro pilares básicos:

⇒ **Divulgação da informação:**

- ◆ Desenvolvimento de uma base de dados de práticas de CI, lições aprendidas, fontes, parceiros, etc.
- ◆ Identificação e teste de instrumentos para captar e disseminar o CI.
- ◆ Publicação de casos seleccionados, sob a forma de documentos escritos e de informação electrónica.

⇒ **Facilitar a troca de informações sobre CI entre as comunidades dos países em desenvolvimento:**

- ◆ Ajudar a construir uma capacidade local para partilhar CI, especialmente entre os centros locais de CI.

- ◆ Identificar métodos apropriados para a captação e divulgação de CI entre as comunidades.
 - ◆ Facilitar uma rede universal para a troca de CI.
- ⇒ ***Aplicação do conhecimento indígena ao processo de desenvolvimento:***
- ◆ Despertar a sensibilidade dos parceiros de desenvolvimento para a importância do CI.
 - ◆ Ajudar os países a preparar políticas nacionais destinadas a apoiar as práticas indígenas.
 - ◆ Integrar as práticas indígenas em programas/projectos apoiados pelos parceiros.
- ⇒ ***Construir parcerias:***
- ◆ Aprender com as comunidades locais e as ONGs.
 - ◆ Utilização inteligente dos recursos limitados dos parceiros para a obtenção de maior impacto no terreno.
 - ◆ Abordagem da questão dos direitos de propriedade intelectual do conhecimento indígena.

Usando as linhas mestras acima, a parceria que se criou em torno da Iniciativa CI elaborou um plano de acção inicial para 1998-1999, que inclui objectivos e soluções imediatas específicos. Dentro destes princípios, cada instituição parceira levaria a cabo actividades em conformidade com as políticas e procedimentos institucionais respectivos. Também foi criado um painel consultivo externo, composto de representantes das instituições que integram a parceria, que tem por missão dar parecer sobre questões estratégicas e de implementação.

O ponto fulcral inicial das actividades dos parceiros tinha três objectivos: despertar a sensibilidade para o CI, divulgar as práticas de CI, e ajudar a construir a capacidade dos centros locais para dar continuidade à identificação, documentação e divulgação das práticas de CI. Os parceiros podiam prestar apoio financeiro aos centros locais de CI para pesquisa de práticas de CI, para a ligação à Internet dos vários centros locais bem como para meios mais tradicionais de divulgação de modo a permitir a troca de informações sobre as práticas de CI entre todas as comunidades.

O grande desafio para os parceiros de desenvolvimento será a integração das práticas de CI na concepção e execução das actividades de desenvolvimento a que prestam apoio. Tal exigirá: uma maior sensibilidade daqueles que dão parecer sobre políticas de desenvolvimento; prestar atenção aos clientes e receber informação dos clientes para aprender das comunidades locais os conhecimentos que elas têm; e combinar o conhecimento local com a experiência universal para o encontro de soluções relevantes e realistas para os problemas de desenvolvimento de comunidades locais.

Quais são os problemas que lhe estão associados?

- ⇒ ***Direitos de propriedade sobre o conhecimento indígena.*** Existe um debate em curso sobre a questão da protecção dos direitos de propriedade intelectual das práticas de CI (por exemplo, se e como os curandeiros tradicionais deveriam receber royalties quando os compostos activos das plantas medicinais que usam são isolados pelas companhias farmacêuticas). WIPO está agora a começar a ocupar-se deste assunto.
- ⇒ ***Políticas nacionais para apoio do conhecimento ao serviço do desenvolvimento.*** O conhecimento como um instrumento de desenvolvimento ainda não recebeu a atenção que merece nos países em desenvolvimento em geral e na África em particular. A situação está a mudar. À medida que aumenta a consciencialização da importância do conhecimento no desenvolvimento, o próximo passo seria logicamente que as autoridades nacionais comessem a elaborar políticas específicas destinadas a apoiar a aquisição, absorção e comunicação do conhecimento, com particular atenção ao conhecimento indígena. Os parceiros deviam encorajar este processo através de apoio financeiro e técnico.
- ⇒ ***Papel da tecnologia de informação e comunicação.*** À medida que os países estabelecem contactos entre si, a moderna TIC podia tornar-se um veículo poderoso para a troca de CI. No futuro próximo, no entanto, a maior parte da troca de CI dependerá provavelmente de instrumentos mais tradicionais. O apoio externo para ajudar a criar a capacidade local de divulgação podia centrar-se na difusão de vídeos e de programas de rádio nas línguas locais (especialmente nas áreas rurais), telecentros (também nas áreas rurais) e redes electrónicas, especialmente entre os centros locais de CI.
- ⇒ ***Aspectos controversos do CI.*** Alguns especialistas aconselham prudência em relação às tentativas de transferência de CI porque acreditam que: o conhecimento indígena não pode e

não deve ser trocado entre as várias comunidades uma vez que pode ser irrelevante, ou mesmo prejudicial, fora do seu contexto cultural original. A cultura “ocidental” não tem capacidade para apreciar as culturas tradicionais e as tentativas de registrar, documentar e transferir CI podem conduzir à perda de identidade dos povos indígenas. Serão, portanto, necessárias, abordagens sensíveis, para reduzir o risco potencial de perda de poder das comunidades locais, sem comprometer o princípio de uma parceria universal do conhecimento para o benefício de todas as comunidades.

A visão de uma parceria verdadeiramente universal do conhecimento só se realizará quanto os países em desenvolvimento participarem tanto a nível de contribuintes como de utilizadores do conhecimento. A Conferência sobre Conhecimento Universal (Toronto, Junho de 1997) destacou a necessidade urgente de aprender, preservar e fazer o intercâmbio do conhecimento indígena. No seu apelo recente para uma nova abordagem, mais compreensiva, do desenvolvimento, o Presidente do Banco Mundial sublinhou a necessidade de um enquadramento que lide, inter alia, com os povos indígenas e os seus conhecimentos autóctonesⁱ. No contexto da Parceria para a Tecnologia de Informação e Comunicação para África (PICTA), o Banco Mundial concordou em liderar uma Iniciativa para a Promoção do Conhecimento Indígena ao Serviço do Desenvolvimento com vista a ajudar a estimular o reconhecimento, utilização e intercâmbio de conhecimento indígena no processo de desenvolvimento.ⁱⁱ Este documentoⁱⁱⁱ foi preparado no contexto da iniciativa mencionada acima.

O documento tem dois objectivos. Em primeiro lugar, propõe-se explicar por que razão o conhecimento indígena devia ter um papel mais importante nas actividades de desenvolvimento do Banco Mundial e seus parceiros de desenvolvimento. Especificamente, centra-se nas questões seguintes: o que é o conhecimento indígena? por que razão o conhecimento indígena é importante para o processo de desenvolvimento? e qual o processo por intermédio do qual se faz a transmissão de conhecimento indígena? O segundo objectivo consiste em propor um enquadramento para as actividades que o Banco Mundial e seus parceiros de desenvolvimento poderiam desenvolver para ajudar a (i) aumentar a percepção da importância do conhecimento indígena e (ii) integrar melhor o conhecimento indígena nas suas actividades de desenvolvimento para aumentar os benefícios da assistência ao desenvolvimento, especialmente para a população pobre.

O que é o Conhecimento Indígena?

As ervas medicinais são um bom exemplo de conhecimento indígena (CI) que tem afectado a vida das pessoas em todas as partes do mundo. A literatura sobre conhecimento indígena não fornece uma definição única do conceito. Tal deve-se em parte à formação e perspectivas diferentes dos autores, que vão desde antropologia social a engenharia agrícola. No entanto, as várias definições têm alguns elementos em comum, que se encontram captadas nos escritos de duas das maiores autoridades sobre CI (vide caixa).

Definições de Conhecimento Indígena

Conhecimento Indígena é o conhecimento local – conhecimento que é exclusivo de uma determinada cultura ou sociedade. CI contrasta com o sistema de conhecimento internacional que tem a sua origem nas universidades, instituições de investigação e empresas privadas. Ele é a base para a tomada de decisões a nível local na agricultura, cuidados de saúde, preparação de alimentos, educação, gestão dos recursos naturais e uma série de outras actividades nas comunidades rurais. (Warren 1991)

Conhecimento Indígena é (...) a informação básica de uma sociedade, que facilita a comunicação e a tomada de decisões. Os sistemas de informação indígenas são dinâmicos, e são continuamente influenciados pela criatividade e experimentação interna bem como pelo contacto com os sistemas externos. (Flavier et al. 1995: 479)

Os especialistas do sector, e mais ainda os antropólogos sociais, têm estudado extensivamente as tecnologias, práticas e sistemas de conhecimentos indígenas. No entanto, a maioria dos estudos são descritivos, concentrando-se sobretudo nos aspectos social e etnológico do conhecimento e não nos técnicos. A literatura contém informação limitada quanto à transferência sistemática de conhecimento local para as outras comunidades e culturas. No entanto, existem provas consideravelmente convincentes de transferência de CI das sociedades tradicionais para os países industrializados (por exemplo, acupunctura, ervas medicinais, sais reidratantes, etc.). Para uma tipologia do CI, incluindo áreas de conhecimento, tipos de portadores do CI e do modo como o CI se manifesta em cada uma das áreas, é favor consultar a Matriz 1 do Anexo II.

Destacam-se, a seguir, os aspectos principais do conhecimento indígena, que é totalmente distinto de qualquer outro tipo de conhecimento. De acordo com a literatura^{iv}, o CI é:

- **local**, na medida em que está enraizado numa determinada comunidade e situado dentro de tradições culturais mais amplas; é um conjunto de experiências geradas pelas pessoas que

vivem nessas comunidades. Separar o técnico do não-técnico, o racional do não-racional pode constituir um problema. Portanto, quando é transferido para outros lugares, existe um risco potencial de deslocar o CI.

- conhecimento **tácito**, não sendo portanto facilmente codificável.
- **transmitido verbalmente**, ou através de imitação e demonstração. A codificação pode levar à perda de algumas das suas propriedades.
- **conhecimento experimental e não teórico** A experiência e os sucessos e insucessos, testados no laboratório rigoroso da sobrevivência das comunidades locais, estão constantemente a reforçar o valor do CI.
- **aprendido através de repetição**, o que constitui uma característica que define a tradição mesmo quando se acrescenta conhecimento novo. A repetição ajuda a retenção e reforço do CI.
- **constantemente a mudar**, sendo ao mesmo tempo produzido e reproduzido, descoberto e perdido, embora seja frequentemente percebido por observadores externos como algo de estático.

Por que é que o Conhecimento Indígena é Importante?

Importância do Conhecimento Indígena para o Processo de Desenvolvimento

As características descritas acima indicam que o conhecimento indígena é uma parte integrante do processo de desenvolvimento das comunidades locais.^v Segundo o Relatório de Desenvolvimento Mundial de 1998/99, o conhecimento, e não o capital, é a chave para um desenvolvimento económico e social sustentável. O primeiro passo para mobilizar essa riqueza é partir do conhecimento local, a componente elementar do sistema de conhecimento de qualquer país. De acrescentar que existe um consenso crescente de que a transmissão do conhecimento tem de ser feita nos dois sentidos. Uma percepção de transferência do conhecimento semelhante à de uma passadeira que se desloca numa direcção única, partindo dos países ricos, industrializados, para os países em desenvolvimento, está naturalmente votada ao falhanço e ressentimento. “Os Governos e instituições internacionais podem certamente ajudar os países na imensa tarefa de peneirar a experiência internacional, extraindo os conhecimentos relevantes e pondo-os à prova. Mas terão muito mais sucesso se ajudarem os países em desenvolvimento a adaptar o conhecimento às condições locais. Partilhar conhecimento com os pobres é muito mais eficaz quando lhes pedimos que nos transmitam os conhecimentos deles acerca das necessidades e circunstâncias”^{vi}. Assim, as actividades de desenvolvimento, especialmente as que visam beneficiar os pobres de uma forma directa, precisam de levar em consideração o Conhecimento Indígena na concepção e fases de implementação do processo.

Recentes levantamentos do Banco Mundial que se apoiam em informação prestada pelos clientes fornecem opiniões adicionais quanto à importância do conhecimento das instituições locais e das práticas locais. Estes levantamentos indicam que os clientes estão:

- francamente satisfeitos com o conhecimento dos funcionários do Banco acerca das melhores práticas internacionais; mas
- menos satisfeitos com a capacidade dos funcionários para adaptar as práticas internacionais às condições locais.

O conhecimento das instituições e práticas locais conta-se entre os factores determinantes chave de satisfação dos clientes. Uma melhor compreensão das condições locais, incluindo os sistemas e práticas de conhecimento indígena podiam, portanto, ajudar a melhor integrar as tecnologias globais para solucionar os problemas que as comunidades locais dos países em desenvolvimento enfrentam. Tal podia, por seu turno, ajudar a melhorar o impacto da assistência ao desenvolvimento bem como a satisfação dos clientes em relação aos serviços do Banco e seus parceiros.

O desafio para a comunidade de desenvolvimento está em encontrar maneiras melhores de aprender acerca das instituições e práticas indígenas e, quando necessário, adaptar as técnicas modernas (por exemplo “melhores práticas universais”) às práticas locais. Só então é que o conhecimento universal

passará a ser relevante para as necessidades da comunidade local. O factor chave no processo de adaptação é a participação dos que possuem conhecimento indígena. Um estudo de 121 projectos de água rural em 49 países descobriu que 70% foram bem sucedidos quando os beneficiários alvejados participaram na concepção do projecto, comparativamente a uma taxa de 10% de sucesso nos programas onde não havia essa participação.^{vii} Como os exemplos a seguir o demonstram, o conhecimento das práticas locais e a participação das comunidades locais podem constituir um instrumento poderoso para a adaptação eficaz aos ambientes locais do conhecimento global das melhores práticas internacionais.

Aplicação: Adopção de variedades modernas de feijão na Colômbia e no Ruanda)*.

Duas ou três das variedades de feijão consideradas pelo cientistas como tendo o maior potencial, atingiram aumentos de rendimento muito modestos. Convidaram-se, então, as mulheres agricultoras que possuíam conhecimento indígena valioso acerca do cultivo de feijões para examinar mais de 20 variedades nas estações de investigação, levá-las para casa e plantar duas ou três que lhes parecessem mais promissoras. As mulheres agricultoras plantaram as novas variedades utilizando os seus próprios métodos de experimentação. As espécies que escolheram tiveram um desempenho superior à dos cientistas da ordem dos 60% a 90%.

Lição: o CI pode ajudar a informar o processo de adaptação das técnicas modernas de cultivo.

*Relatório de 1998-1999 Sobre o Desenvolvimento Mundial.

Aplicação: As comunidades asseguram a transparência na distribuição da ajuda alimentar*

Para assegurar que a ajuda alimentar chegasse às mãos da população a que se destina, um programa “Comida por Trabalho” do governo do Nepal, que teve a assistência da GTZ, consultou os habitantes das aldeias. Ficou determinado conjuntamente que a maneira mais adequada de distribuir os alimentos seria através de distribuidores locais e com a supervisão das comunidades. Em vez de se usar camiões, utilizaram-se carroças para o seu transporte. Este sistema redundou em vários benefícios. A contratação de carroças gerou receitas adicionais para as comunidades locais, em vez de se recorrer a empresas de camionagem sedeadas na cidade. A carga das carroças locais tem um valor standard, e as quantidades entregues podiam ser facilmente calculadas pela população da comunidade. Qualquer porção em falta podia ser facilmente calculada publicamente e qualquer perda ou má atribuição podia também ser questionada em público. Outros programas do WFP no país acabaram eventualmente por adoptar este mesmo sistema.

Lição: A utilização de padrões e meios de transporte locais para entregas de cargas de arroz a granel num programa de “comida por trabalho” facilita a transparência da entrega dos bens e provoca a existência de boa administração ao nível local.

*”Linking Food Relief and Development – A Matter of Good Governance”, Upadhyaya K. and Beier, M., Katmandu, 1993.

Importância do Conhecimento Indígena para a População Pobre

O conhecimento indígena é uma parte importante das vidas da população pobre. É uma parte integrante do ecossistema local. O CI é um elemento chave do chamado “capital social” dos pobres, constituindo o seu activo mais importante para investir na luta pela sobrevivência, para produzir alimentos, para obter um abrigo ou para assumir controlo das suas próprias vidas.

O conhecimento indígena também fornece estratégias, às comunidades locais, para a solução de problemas e ajuda a moldar as visões e percepções locais do meio-ambiente e da sociedade. Incluem-se, como exemplos típicos^{viii}:

- parteiras e uso de ervas medicinais
- tratamento, pelos Fulani, das carraças do gado pelo uso de uma planta designada tefrosia.

- classificações do solo e da terra na Nigéria.
- diques em pedra para retenção da água em Burkina Faso.
- construção de edifícios no Sudão, com “ar condicionado” natural
- tecnologia de fabrico de aço pelos artesão de Kpelle na Libéria.
- sistemas de florestação agrícola que simulam a vegetação natural dos cumes do Kilimanjaro
- resolução de conflitos sobre a terra, entre os agricultores e os nómadas do Togo.
- uso comunal e atribuição individual de terra pelos Washambaa na Tanzânia.
- papel dos curandeiros locais na resolução de conflitos pós-guerra em Moçambique.
- transferência de conhecimento através dos velhos, rituais, iniciação e contadores de histórias na África Ocidental.
- sistemas para controlar o poder e distribuir a riqueza entre os Maasai na África Oriental.

Finalmente, o CI tem uma importância especial para os pobres nos sectores ou estratégias seguintes:

- Agricultura^{ix}
- Métodos de criação de animais e medicina veterinária étnica
- Utilização e gestão de recursos naturais
- Cuidados básicos de saúde (PHC), medicina preventiva e cuidados psico-sociais
- Poupança e crédito
- Desenvolvimento comunitário
- Redução da pobreza

É, no entanto, importante ter presente que nem todas as práticas indígenas são benéficas para o desenvolvimento sustentável de uma comunidade local e que nem todo o CI fornece, *a priori*, a solução certa para um determinado problema. Exemplos típicos são a prática de queimadas^x e da circuncisão feminina. Assim, antes de se adoptar o CI, de o integrar nos programas de desenvolvimento, ou até mesmo de o divulgar, há que analisar o seu valor, como se faz com qualquer outra tecnologia. Para além da prova científica, há também necessidade de se ter em consideração para o processo de aprovação e avaliação, as provas e o enquadramento socio-cultural local onde as práticas estão enraizadas.

No entanto, como o comprovam os exemplos abaixo, as comunidades locais podem ser mobilizadas (e deviam ser partes integrantes de todos os programas) para transformar as práticas indígenas que representem um obstáculo ao bem-estar de uma comunidade local.

Aplicação: *Mulheres senegalesas das zonas rurais abolem a circuncisão feminina nas suas comunidades.**

As mulheres de Malicounda decidiram que o problema que queriam resolver era o costume da circuncisão feminina -- prática comum nas comunidades Bambara/Mandingue e Pulaar. Ao informarem-se sobre as práticas noutros locais e os efeitos da circuncisão na saúde e na vida sexual das raparigas, desenvolveram um arsenal de argumentos e conseguiram eventualmente convencer o conselho da aldeia a abolir oficialmente a prática. Não satisfeitas com este resultado, criaram em seguida uma equipa para visitar as aldeias vizinhas, falar com as mulheres e ajudá-las a ganhar as suas causas nas comunidades a que pertencem. Em Janeiro de 1998, realizou-se um congresso com a participação de 16 aldeias da região -- todas elas de origem Bambara ou Mandingue -- para discutir a mudança de práticas e adoptar a "Declaração de Malicounda." A notícia desta iniciativa chegou até à região Casamance, no sul do Senegal, onde um outro grupo de 16 aldeias -- todas de origem Pulaar -- se reuniu para uma conferência e declaração idênticas. Na verdade, foi o próprio Presidente Abdou Diouf do Senegal que propôs que a "Declaração de Malicounda" fosse adoptada pelo país como um modelo a seguir.

Lição: *A mobilização da opinião pública para combater a ordem estabelecida pode ajudar a modificar práticas indígenas não recomendáveis.*

*P. Easton, Universidade da Florida, "IK Notes 3"(Dezembro de 1998).

Este exemplo também comprova que o conhecimento indígena não é estático. A prática da circuncisão feminina pode ser ultrapassada através da acção de uma associação de mulheres, que consegue influenciar o seu ambiente político local, utilizando ao mesmo tempo instituições tradicionais e modernas.

As práticas indígenas são normalmente capazes de se adaptarem em resposta a mudanças graduais nos ambientes social e natural, uma vez que as práticas indígenas estão estreitamente interligadas com os valores culturais de um povo, transmitidos de geração para geração. No entanto, muitos sistemas de CI estão presentemente em risco de extinção por causa das mudanças rápidas nos ambientes naturais e na área económica, política e cultural numa escala global. As práticas

podem desaparecer na medida em que não respondem aos novos desafios ou porque o seu processo de adaptação é demasiado lento. Acrescente-se que muitas práticas locais podem desaparecer também fruto de novas tecnologias estrangeiras ou de conceitos de desenvolvimento que prometem benefícios ou resultados a curto prazo, sem serem capazes de lhes dar continuidade. Do mesmo modo, há que ter cuidado em não destruir práticas indígenas eficazes. Por exemplo, as práticas locais requerem menos recursos naturais do que as tecnologias importadas, tendo conseguido resistir às vicissitudes das carências locais e das limitações materiais. A história seguinte acerca do uso de sais reidratantes ilustra o desafio de se preservar o CI no contexto da adopção de tecnologias modernas.

Aplicação: Soluções de reidratação por via oral para combater os efeitos da diarreia *.

Em certos países, as promoções agressivas de embalagens industriais já preparadas e subsidiadas acabam por reduzir o longo uso de certos remédios caseiros. Quando terminaram os subsídios e as actividades de educação sanitária, a taxa de uso daqueles produtos baixou. Mas as famílias que poderiam ter voltado a recorrer aos remédios caseiros tradicionais não o fizeram, talvez porque a confiança que tinham nestes remédios tivesse sido profundamente abalada pela promoção do remédio comercial. Para evitar uma situação destas no Nepal, os programas de hidratação oral preservaram o conhecimento indígena através do incentivo ao uso de soluções simples de fabrico caseiro em conjunto com a solução moderna comercial.

Lição: É possível preservar o conhecimento indígena paralelamente com a adopção de técnicas modernas.

* Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 1998-1999: O Conhecimento ao Serviço do Desenvolvimento

O desaparecimento potencial de muitas práticas indígenas podia ter um efeito negativo sobretudo naqueles que as desenvolveram e que com elas ganham a vida. Uma maior consciência do papel importante que o CI pode desempenhar no processo de desenvolvimento irá provavelmente ajudar a preservar valiosas capacidades, tecnologias, artefactos e estratégias para a solução de problemas entre as comunidades locais. Frequentemente, estas práticas locais também têm impacto em questões de dimensão global. Assim, a preservação do capital CI pode enriquecer a comunidade universal e contribuir para promover a dimensão cultural do desenvolvimento. Em certos casos pode até ajudar a proteger o ambiente global, conforme se demonstra no exemplo seguinte.

Aplicação: Preservar os cultivos tradicionais nas comunidades locais.

A comunidade internacional está a criar bancos genéticos para preservar informações genéticas das variedades locais ou espécies indígenas. As características genéticas destas espécies e o conhecimento dos seus cultivadores podem ser cruciais para programas futuros de reprodução destinados a introduzir resistência contra insectos ou doenças ou resistência a condições climáticas severas. No entanto, preservar as características genéticas sem preservar o conhecimento do seu cultivo pode ser um exercício fútil uma vez que as sementes e células guardadas nos bancos de sementes não trazem instruções sobre o modo como as cultivar. Daí que os bancos genéticos cooperem com os agricultores e comunidades que ainda cultivam as variedades locais para preservar este conhecimento e qualificações essenciais *in situ*.

Lição: O conhecimento local é vital para a preservação da diversidade biológica.

Os exemplos anteriores provam que:

- O CI pode fornecer às comunidades locais, especialmente aos pobres, estratégias para a solução de problemas;
- conhecer o CI pode aumentar a compreensão das condições locais;
- compreender o CI pode aumentar a capacidade de resposta aos clientes;
- partir das experiências, julgamentos e práticas locais, pode aumentar o impacto de um programa de desenvolvimento para além de uma mera entrega dos bens feita em condições economicamente eficazes;
- os métodos indígenas de desenvolvimento podem ajudar a criar um sentido de controlo que pode ter um impacto mais duradouro nas relações entre a população e a administração locais, dando à população meios de supervisionar as actividades da sua administração;
- O CI pode fornecer uma peça chave para a conquista de poder dos pobres.

Em resumo, o CI é importante tanto para as comunidades locais como para a comunidade global. Os parceiros de desenvolvimento precisam de reconhecer o papel do CI, compreender como funciona no contexto das comunidades locais e integrar sistematicamente as práticas mais eficazes e promissoras nos programas de desenvolvimento que apoiam. Como se indicou atrás, o impacto e sustentabilidade das práticas internacionais podia ser melhorado se estas fossem adaptadas às condições locais e às práticas indígenas. No entanto, o CI ainda é um recurso sub-utilizado no processo de desenvolvimento. São, portanto, precisos esforços especiais para se poder entender, documentar e divulgar o CI para efeitos de preservação, transferência ou adopção e adaptação nos outros locais do mundo. Ao ajudar a partilhar o CI entre as várias comunidades, a comunidade de desenvolvimento pode aprender bastante acerca das condições locais que afectam essas comunidades. O CI deveria complementar, e não competir com os sistemas globais de conhecimento, na implementação de projectos. Ao investigar primeiro o que as comunidades locais sabem e têm em termos de prática indígena, os parceiros de desenvolvimento ajudariam a melhorar essa prática indígena se incluíssem no diálogo práticas internacionais de desenvolvimento resultantes de experiências noutras partes do mundo. De acrescentar que este processo pode contribuir para um melhor entendimento das várias culturas e a promoção da cultura no desenvolvimento. Mas, acima de tudo, investir no intercâmbio de conhecimento indígena e na sua integração no processo de desenvolvimento pode ajudar a reduzir a pobreza.

Intercâmbio de Conhecimento Indígena

Se bem que o CI seja facilmente partilhado entre os membros de uma comunidade (na medida em que estas práticas de CI são uma parte da vida diária da comunidade), o seu nível de partilha já é inferior no âmbito de várias comunidades. Adicionalmente, como o CI é predominantemente tácito ou enraizado em práticas e experiências, é mais comum proceder ao seu intercâmbio através de comunicação e demonstração pessoal: de mestre para aprendiz, de pais para filhos, de vizinho para vizinho, do padre para a paróquia. É, portanto, um desafio, registar o conhecimento tácito, transferi-lo e divulgá-lo. É muito mais fácil fazer a transmissão dentro de uma comunidade onde ambas as partes falam a mesma língua e partilham os mesmos conceitos culturais subjacentes do que transferir conhecimento tácito a outras culturas diferentes. Para facilitar a compreensão do processo de transmissão, é útil decompor o processo nos seus vários elementos.

A transmissão de conhecimento indígena é um processo que se compõe essencialmente de seis fases:

- Tipicamente, o processo começa com o **reconhecimento e identificação** de conhecimento, conforme se encontra expresso numa tecnologia ou numa estratégia de solução de problemas. No entanto, a identificação do CI pode por vezes ser difícil. Por exemplo, algum CI pode estar enraizado numa mistura de tecnologias ou em valores culturais, tornando-os irreconhecíveis à primeira vista, para um observador externo. Outros podem ter-se tornado parte da vida diária de uma comunidade a ponto de ser difícil isolar tais práticas mesmo pelos próprios indivíduos e comunidades que os aplicam. Nestes casos, podem ser precisas análises técnicas e sociais de certas práticas para identificar o CI.
- O segundo passo é **validar** o CI em termos do seu significado e relevâncias (para a solução de um ou vários problemas específicos), fiabilidade (não se tratar de uma ocorrência casual), funcionalidade (funciona bem?), eficácia e transferibilidade. Os próprios utilizadores deveriam, de preferência, conduzir ou participar na validação no local original da aplicação do CI. A transferência de CI de uma comunidade para outra pode, em certos casos, ser difícil. Isto porque a maior parte do CI está guardado de uma forma tácita, que em certas circunstâncias pode torná-lo passível de ser transferido exclusivamente através de prática e aprendizagem directa. O facto de se provar

um processo eficaz no ponto de origem não determina necessariamente a sua eficácia sob circunstâncias aparentemente idênticas noutros locais. A julgar por anteriores transferências de tecnologias modernas apropriadas, o clima cultural, político e económico a par do nível de competência técnica dos destinatários são cruciais para uma adopção e adaptação sustentável de tecnologias estrangeiras. Por conseguinte, é importante efectuar projectos pilotos para testar a nova tecnologia junto dos destinatários. Em certos casos deveria, no entanto, ser possível fazer uma avaliação geral da capacidade de transferência, sujeita à confirmação corroborada por estudos pilotos de acompanhamento.

- O próximo passo, ou seja, **registar e documentar**, representa um novo desafio importante por causa da natureza tácita do conhecimento indígena.^{x1} O âmbito do registo/documentação é em grande parte determinado pelo uso pretendido da informação. Assim, enquanto os académicos gostariam de perceber e de captar uma ideia mais abrangente do conhecimento com todas as suas ramificações, um prático poderia contentar-se com uma resposta à pergunta “Como é que eles fizeram isto?”. O registo pode exigir tecnologia audiovisual, uma narração gravada, desenhos, ou outras formas de informação codificável. No caso de a natureza tácita de uma prática não permitir a sua gravação, as informações sobre os locais, indivíduos ou organizações que possam demonstrar ou ensinar uma prática, podiam ser utilizadas como um indicador da fonte do CI.
- **Armazenar** em repositórios que possam ser facilmente invocados é o passo seguinte típico do processo. Tal envolve categorização, indexação, relacionamento com outra informação, torná-lo acessível e conservá-lo, preservando e mantendo-o para poder ser invocado mais tarde. Há que produzir uma informação meta que torne a sua invocação fácil ao utilizador, o que podia incluir abstractos electronicamente guardados e indexados, directórios de especialidade ou aplicações. A armazenagem não deveria, no entanto, ser restrita unicamente a documentos escritos. Deveria incluir também outros tipos de repositórios de informação, de fácil alcance, tais como gravações, filmes, bases de dados e praticantes de CI.
- A **transferência** de CI implica mais do que fazê-lo chegar aos seus potenciais destinatários. Um elemento importante da transferência é testar o conhecimento no seu novo ambiente. Há que examinar a viabilidade económica e técnica, o impacto social e ambiental e outros critérios considerados necessários pelos destinatários. Podia recorrer-se a indivíduos, grupos comunitários, a uma organização da sociedade civil, ou investigadores para ajudar a testar, rejeitar ou adoptar e adaptar o novo conhecimento. Estas transferências podiam ser apoiadas pelo governo e agências dadoras. Algumas práticas locais, no entanto, só podem ser transferidas directamente, de praticante a praticante. A transferência pode exigir uma fase intensiva de formação prática, aprendizagem ou demonstração. Algumas práticas locais só podem ser transferidas directamente, de praticante a praticante. Só poucas pessoas numa sociedade terão a capacidade de suportar o risco para aceitar o fracasso significativo de uma tecnologia importada. Uma condição prévia para uma transferência bem sucedida é a selecção cuidadosa dos parceiros que irão cooperar e dos potenciais beneficiários. O risco de insucesso fica reduzido se a nova tecnologia se fundamentar no conhecimento local existente.
- Uma vez que o processo de transferência e de adaptação tenha sido bem sucedido através de uma amostra piloto, a **divulgação** do CI a uma comunidade mais vasta vai imprimir a dimensão de desenvolvimento à transmissão de conhecimentos, podendo acarretar um impacto mais vasto e profundo da transferência de conhecimento. Dependendo do conteúdo e do contexto, as actividades de divulgação poderim incluir campanhas de consciencialização, programas de rádio na estação nacional, anúncios, seminários, cursos práticos, distribuição de material informativo, publicações e a integração do CI nos programas ou curricula de divulgação. Estas actividades podem visar grupos específicos ou o público em geral. Os Governos poderiam incentivar o processo através da criação de uma estrutura política, económica e jurídica favorável.
- O **Intercâmbio** de CI é, sem dúvida, o resultado ideal de uma transferência bem sucedida. Trata-se, essencialmente, de um processo de aprendizagem, em que a comunidade onde se originou a prática, o agente que transmite a prática, e a comunidade que adopta ou adapta a prática, todos eles aprendem durante o processo. Dá-se, a seguir, um exemplo de uma troca de CI bem sucedida.

Aplicação: *Transferência do sistema agrícola dos Washambaa para o Ruanda onde foi adaptado, tendo voltado a ser transferido para a Tanzânia.*

Os Washambaa das Montanhas Usambara na Tanzânia desenvolveram um sistema de uso da terra que simula a vegetação das florestas naturais de folhas caducas do cume das montanhas. Integraram no mesmo lote vegetação anual e perene, recorrendo a um sistema de vários degraus. Os princípios foram transferidos para Nyabisindu, Ruanda por um projecto assistido pela GTZ, tendo sido adicionados aos sistemas socacos com vários propósitos onde se plantaram arbustos e pastos. A prática adaptada foi mais tarde de novo transferida para os Washambaa, quando a densidade de população e a necessidade de lenha destruíram a camada de vegetação protectora do solo e a procura de lacticínios iniciou a introdução de raças de gado mais produtivas.

Lição: *A simulação de vegetação natural é um método válido para a conservação do solo; a transferência e o acréscimo de elementos para resolver novos problemas adiciona valor ao sistema original de utilização da terra.*

Para um panorama dos modos tradicionais de transmissão de CI, consulte a Matriz 6 e para os modos modernos a Matriz 7 do Anexo II. Para uma descrição mais detalhada da transmissão de CI segundo os actores e instrumentos a serem usados, consulte a Matriz 8 do Anexo II.

A partir do início dos anos 1990, realizaram-se em várias partes do mundo uma série de conferências e cursos práticos para resolver as questões relativas à transmissão de CI e ao seu uso no processo de desenvolvimento (para uma lista dos principais acontecimentos e conferências relacionados com CI ver Anexo VI; para uma bibliografia seleccionada e uma lista de “newsletters” e publicações periódicas sobre CI ver Anexo VII). Estas conferências contribuíram para despertar a consciência e identificar maneiras possíveis de ajudar a preservar e a utilizar o CI de uma forma mais sistemática. O desafio agora está em desenvolver propostas específicas para a comunidade de desenvolvimento ajudar a por o CI ao serviço do desenvolvimento.

Enquadramento para o seu Funcionamento

Esta secção propõe um enquadramento para o seu funcionamento, destinado a responder ao desafio de uma melhor integração do CI no processo de desenvolvimento. O enquadramento gira em torno de quatro pilares (vide Anexo II, Matrizes 2 a 5 para detalhes, incluindo as áreas de actividade específicas, o trabalho que já foi feito, e as acções adicionais que seriam necessárias para a melhor integração do CI no processo de desenvolvimento):

- ⇒ **Divulgação da informação.** As acções básicas incluem:
 - ◆ Desenvolvimento de uma base de dados das práticas de CI, lições aprendidas, fontes, parceiros, etc.
 - ◆ Identificação e teste de instrumentos para captar e disseminar o CI.
 - ◆ Publicação, sob a forma escrita e electrónica, de casos seleccionados.
- ⇒ **Facilitar a troca de CI entre as comunidades em desenvolvimento.** As medidas chave são:
 - ◆ Ajudar a construir capacidade local para partilhar o CI, sobretudo entre os centros locais.
 - ◆ Identificar métodos apropriados de captar, disseminar o CI entre as comunidades.
 - ◆ Facilitar uma rede global para a troca de CI.
- ⇒ **Aplicar o conhecimento indígena ao processo de desenvolvimento.** As acções principais são:
 - ◆ Aumentar a consciencialização da importância do CI entre os parceiros de desenvolvimento.
 - ◆ Ajudar os países a preparar medidas nacionais para apoio das práticas indígenas.
 - ◆ Integrar as práticas indígenas em programas/projectos apoiados pelos parceiros.
- ⇒ **Fazer parcerias.** As principais acções incluem:
 - ◆ Aprender das comunidades locais e ONGs.
 - ◆ Utilizar eficazmente os recursos limitados dos parceiros para obter maior impacto no desenvolvimento.
 - ◆ Contemplar a questão dos direitos de propriedade intelectual do conhecimento indígena.

Utilizando o enquadramento acima, a parceria que surgiu em torno da Iniciativa CI elaborou um plano de acção inicial para 1998-98. Os objectivos específicos que os parceiros tentarão alcançar em cada uma das áreas de acção estão resumidas no quadro seguinte. Também foi criado um painel consultivo para fornecer elementos sobre questões estratégicas e de implementação (ver Anexo I). Ao executar as actividades acordadas no âmbito do enquadramento descrito acima, os parceiros tencionam trabalhar em estreita colaboração com os centros locais de CI e outras ONGs (ver Anexo V para abordagens à implementação, metodologia, e prováveis instrumentos). A prioridade inicial é: aumentar a consciencialização; ajudar a identificar/divulgar práticas de CI; e criar capacidade nos centros locais para continuarem a identificar, documentar e disseminar as práticas de CI. Tal podia incluir apoio financeiro para investigação de práticas de CI, estabelecimento de uma ligação à Internet entre os centros locais bem como instrumentos de divulgação mais tradicionais com vista a facilitar a difusão de práticas de CI entre as várias comunidades.

Destacam-se a seguir os principais resultados obtidos até ao momento no âmbito da iniciativa CI:

- elaboração de uma base de dados sobre CI, com cerca de 36 exemplos;
- criação de um “Website” na Internet para fornecer uma porta de acesso à informação sobre CI, incluindo indicadores para a base de dados de CI data, e centros envolvidos em questões relacionadas com o CI;
- lançamento de “IK Notes”, uma publicação dedicada a práticas de CI (foram publicados dois números);
- levantamento dos centros de CI que existem em África, e criação de parcerias com determinados centros para efectuar investigação e preparar sínteses das práticas de CI. Para detalhes, consultar o Anexo I.

**Iniciativa CI Ao Serviço do Desenvolvimento
Plano de Acção: 1998-1999**

Objectivos	A ser Prestado pelo Programa	A Ser Prestado pelos Parceiros
<i>Área de Acção 1: Divulgação de Informação</i>		
Desenvolver uma base de dados das práticas de CI, lições aprendidas, fontes, parceiros, etc.	Pelo menos 200 práticas de CI na base de dados na Internet.	<ul style="list-style-type: none"> • Cada parceiro contribuirá com pelo menos 10 práticas. • O Banco Mundial criará e manterá uma base de dados na página de Internet sobre CI
Identificar e testar instrumentos para captar e divulgar o CI.	Guia de referências a instrumentos baseados em estudos de casos.	<ul style="list-style-type: none"> • Cada parceiro contribuirá com pelo menos um estudo de um caso. • O Banco Mundial preparará e divulgará um guia de referências.
Publicar, por via escrita e electrónica, um certo número de casos escolhidos.	Pelo menos 24 números de "IK Notes".	<ul style="list-style-type: none"> • Cada parceiro contribuirá com pelo menos 1 artigo. • O Banco Mundial fará a publicação e divulgação.
<i>Área de Acção 2: Facilitar a Transmissão de CI Entre as Comunidades em Desenvolvimento</i>		
Ajudar a criar capacidade local para partilhar CI	Pelo menos 10 Centros de CI reforçados com melhores ligações e maior capacidade para identificar práticas de CI.	Cada parceiro deverá reforçar pelo menos um centro.
Identificar métodos apropriados para captar e divulgar CI entre as comunidades.	Pelo menos 10 estudos de casos de exemplos bem sucedidos de troca de CI entre as comunidades locais.	<ul style="list-style-type: none"> • Cada parceiro deverá contribuir com pelo menos o estudo de um caso. • O Banco Mundial deverá fazer a sua divulgação.
Facilitar uma rede global para o intercâmbio de CI	Apoio a pelo menos 10 telecentros para a troca de CI.	BM, IDRC, ITU e SDNP deverão dar assistência a pelo menos um centro.
<i>Área de Acção 3: Aplicação do Conhecimento Indígena ao Processo de Desenvolvimento</i>		
Aumentar a consciência da importância do CI entre os responsáveis pela elaboração de políticas e parceiros de desenvolvimento.	<ul style="list-style-type: none"> • Cursos práticos para o pessoal das instituições parceiras. • Apresentações especiais sobre CI para público externo durante eventos patrocinados por parceiros. • Conferência Regional sobre CI (Outono 1999). 	<ul style="list-style-type: none"> • Pelo menos um curso prático por parceiro. • Pelo menos um evento por parceiro. • Banco Mundial organizará conferência (parceiros prestarão apoio).
Integrar práticas indígenas nos programas/ projectos apoiados por parceiros.	10 projectos/programas que utilizem alguma forma de prática CI na concepção do projecto.	Cada parceiro deverá conceber pelo menos um projecto/programa utilizando alguma forma de prática CI.
<i>Área de Acção 4: Criação de Parcerias</i>		
Aprender dos parceiros locais e ONGs.	Identificar e divulgar projectos apoiados por parceiros que usem práticas de CI na concepção do projecto.	<ul style="list-style-type: none"> • Pelo menos um projecto/programa por parceiro • BM fará a divulgação.
Maximizar os recursos limitados dos parceiros para obter maior impacto no terreno.	Harmonizar/coordenar actividades dos parceiros no âmbito do enquadramento para a actividade do CI	Cada parceiro deverá desenvolver, financiar e executar um plano de acção específico consistente com o enquadramento global para a actividade do CI.
Solucionar a questão dos direitos de propriedade intelectual do conhecimento indígena.	Identificar acções específicas	WIPO liderará a tarefa de identificar acções possíveis.

Acordado na Reunião PICTA, Tunes, de 22 de Outubro de 1998.

Questões Relacionadas

Direitos de propriedade intelectual do conhecimento indígena

Está a surgir um debate Norte-Sul na comunidade dedicada ao estudo de CI que consiste em determinar se e como proteger os direitos de propriedade intelectual das práticas CI. Por exemplo, como deveriam ser pagas royalties aos curandeiros que usam plantas medicinais quando os componentes activos dessas plantas medicinais que eles utilizam forem isolados pelas companhias farmacêuticas e vendidos numa base comercial? O registo das patentes pelas companhias estrangeiras é uma questão relacionada que está, contudo, ainda por resolver. WIPO, um dos parceiros da Iniciativa CI, já começou a encarar este problema através do diálogo com as outras organizações de desenvolvimento e a sociedade civil. Esperam-se propostas específicas muito brevemente.

Medidas nacionais de apoio ao conhecimento ao serviço do desenvolvimento

O conhecimento, como um instrumento de desenvolvimento, não recebeu a atenção que merecia nos países em desenvolvimento em geral e na África em particular. No passado, as políticas nacionais de desenvolvimento centrar-se-iam tipicamente na adopção de práticas “ocidentais” com vista à modernização da sociedade e transformação dos sectores produtivos. Como consequência, houve pouco esforço sistemático para promover as práticas indígenas no processo de desenvolvimento. Está--se, no entanto, a mudar de atitude. Desde o início da década de 90, uma série de conferências e cursos práticos no mundo inteiro ajudaram a aumentar o reconhecimento da importância do conhecimento no desenvolvimento. Tem havido progresso em transferir o CI do domínio do folclore para o do desenvolvimento.

O passo que logicamente se lhe segue seria de as autoridades nacionais começarem a elaborar políticas específicas de apoio à aquisição de conhecimentos (por exemplo, ter acesso e adaptar conhecimento global, criar e captar conhecimento indígena), absorver conhecimentos (por exemplo, criando oportunidades para se aprender ao longo de toda a vida) e comunicar o conhecimento (o potencial da nova tecnologia de informação, dando acesso e divulgando o conhecimento aos pobres). As autoridades de alguns países africanos estão a começar a encarar estes problemas de uma forma mais sistemática. Por exemplo, o Parlamento da África do Sul está a preparar um documento que pode em breve tornar-se numa declaração de política sobre CI^{xii}. Esta experiência podia fornecer indicadores importantes para outros países, à medida que também eles se lançam num processo semelhante no futuro.

Os parceiros de desenvolvimento podem desempenhar um papel de apoio, ao encorajar este processo e através de assistência financeira e técnica para ajudar a elaborar políticas nacionais sobre conhecimentos. Os parceiros deveriam considerar desenvolver ferramentas adaptadas para um apoio deste tipo. O Banco Mundial desenvolveu recentemente o conceito de Empréstimo para Aprender e Inovar (LIL), que constitui um exemplo do tipo de instrumentos flexíveis de crédito que podiam ser utilizados para apoiar a formulação de políticas nacionais e intervenções alveadas para maximizar o conhecimento em geral e o CI em particular nos programas de desenvolvimento do país.

Papel da tecnologia de informação e comunicação (TIC)

O uso da moderna TIC é ainda a excepção em vez de regra na difusão directa de conhecimento indígena dentro e entre as comunidades. À medida que os países estabelecem ligações, a moderna TIC podia tornar-se um instrumento poderoso para o intercâmbio de CI. Num futuro próximo, no entanto, ferramentas mais tradicionais e apropriadas para a divulgação podiam ser usadas, dependendo das circunstâncias locais e do grau de acesso e de ligação de um país e de uma comunidade. O apoio externo para se criar capacidade local, incluindo a divulgação de tais ferramentas entre as comunidades locais, podia facilitar o processo de difusão de CI.

- *emissões de rádio e de vídeo nas línguas locais* podiam divulgar práticas de CI utilizando técnicas de narração de histórias, especialmente nas áreas rurais;

- *telecentros* podiam ajudar a que o conhecimento fluísse nos “dois sentidos”: das comunidades locais para fora destas (práticas indígenas) e a partir da comunidade universal para o interior das comunidades locais (práticas internacionais). Estão a ser introduzidos telecentros em vários países (por exemplo, Senegal, África do Sul, etc.).
- *estabelecimento de uma rede electrónica* seria o modo mais apropriado de processar a difusão entre grupos da sociedade civil e ligar os cerca de doze centros locais de CI que existem nos vários países (ver Anexo IV).

Aspectos controversos do conhecimento indígena

Este relatório estaria incompleto se não se identificassem algumas das questões controversas do debate sobre conhecimento indígena. Destacam-se a seguir os principais problemas levantados:

- ⇒ *o conhecimento indígena não pode ser codificado nem registado*, pelo que não pode ser transferido entre as comunidades e culturas. Outros autores vão ainda mais longe e insistem que sendo único e uma parte de uma determinada cultura de um povo, a transferência de conhecimento local podia torná-lo irrelevante, inapropriado ou até mesmo prejudicial. Estes autores defendem que o CI só podia ser preservado *in-situ* através da sua aplicação contínua.
- ⇒ *a ciência “ocidental” é incapaz de apreciar as culturas tradicionais* e os seus sistemas e práticas de conhecimento. Presume-se também que a abordagem científica “ocidental” não consegue apreciar as práticas locais, uma vez que não reconhece os elementos espirituais do CI. Este pressuposto é reforçado por alegações de que os valores “ocidentais” estariam ainda a ser impostos às culturas locais através das tecnologias importadas.
- ⇒ *tentativas de registar e transferir CI podiam levar a uma perda de poder dos povos indígenas*.

Os problemas levantados pelos críticos têm de ser abordados ao tratar-se do conhecimento indígena no processo de desenvolvimento. A grande preocupação deveria ser os próprios portadores de conhecimento indígena ou os beneficiários pretendidos da transferência de conhecimento. São necessárias abordagens cuidadosas e sensíveis, fundamentadas no diálogo e na participação, deixando às comunidades locais as decisões sobre partilha e adopção de conhecimento. Tal poderia reduzir o referido risco de perda de poder destas comunidades, sem comprometer o princípio de uma parceria para o conhecimento global para benefício de todas as comunidades.

CONHECIMENTO INDÍGENA AO SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO

ENQUADRAMENTO PARA O SEU FUNCIONAMENTO

Anexos

Panorama da Iniciativa para Apoio do Conhecimento Indígena ao Serviço do Desenvolvimento

A Conferência Sobre Conhecimento Global (Junho de 1997 em Toronto) destacou a necessidade urgente de se aprender, preservar e fazer o intercâmbio do conhecimento indígena. No âmbito da Parceria para a Tecnologia de Informação e Comunicações para África (PICTA), o Banco Mundial assentiu em liderar uma iniciativa sobre conhecimento indígena que se propõe estimular o reconhecimento, utilização e intercâmbio do conhecimento indígena no processo de desenvolvimento. Os fundos para a contribuição do Banco Mundial para esta Iniciativa são fornecidos através de uma doação de “Innovation Marketplace” (Banco Mundial).

Parceiros

A formulação da iniciativa recebeu a colaboração dos seguintes parceiros: **CEA** (Comissão Económica para a África), **CISDA**, (Centre for Information Society Development in Africa) **CIID** (Centro Internacional de Investigação para o Desenvolvimento), **UIT** (União Internacional das Telecomunicações), **UNESCO**, **PNUD**, e **OMS**.

Entretanto, aumentou o número de parceiros que se associaram a esta iniciativa:

CIRAN -- Centre for International Research and Advisory Networks em Nuffic (Organização Holandesa para a Cooperação Internacional no Ensino Superior)

SANGONet -- ONG Sul-africana fornecedora do serviço Internet

OMPI -- Organização Mundial da Propriedade Intelectual

OIT-- Organização Internacional do Trabalho

GTZ – Agência Alemã de Cooperação Técnica

Objectivos

Difundir informação

- Desenvolvendo uma base de dados de práticas de conhecimento indígena e de lições daí extraídas
- Publicando casos sob a forma de publicações e por via electrónica

Facilitar o intercâmbio de informações entre as comunidades em desenvolvimento

- Ajudando a criar capacidade local para partilhar o conhecimento indígena
- Identificando métodos apropriados de captar e difundir o conhecimento indígena entre as comunidades locais
- Facilitando a criação de uma rede global para o intercâmbio do conhecimento indígena

Aplicar o Conhecimento Indígena no processo de desenvolvimento

- Aumentando a consciência dos parceiros de desenvolvimento para a importância do conhecimento indígena
- Ajudando os países a preparar políticas nacionais para apoio das práticas indígenas
- Advogando o uso do conhecimento indígena em programas e projectos do Banco Mundial e seus parceiros de desenvolvimento

Construir parcerias

- Aprendendo dos conhecimentos das comunidades e ONGs locais
- Maximizando os recursos limitados dos parceiros para conseguir mais impacto do desenvolvimento.
- Considerando a questão dos direitos de propriedade intelectual do conhecimento indígena.
-

Progresso na execução (em Outubro de 1998)

Difundir informação

- Concebida e difundida uma *brochura* promocional sobre CI, com versões em Inglês, Francês e Português.
- Foi iniciado uma *base de dados sobre práticas CI* (uma síntese de cerca de três dúzias de práticas com referências)
- Lançada publicação periódica mensal “*Notas CI*”, destinada a difundir práticas de CI no seio do Banco Mundial e ao público exterior (15,000 “mailings” por edição); tendo a primeira edição sido publicada em Outubro de 1998 e a segunda em Novembro
- Lançada uma *Página na Internet* (URL) sobre CI: <http://www.worldbank.org/html/afr/ik/index.htm>.

- Contributo de uma "Caixa" sobre CI para o Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial de 1998/99: Conhecimento ao Serviço do Desenvolvimento

Facilitar a troca de informações entre as comunidades em desenvolvimento

- Iniciado, em conjunto com CIRAN, um *levantamento de 14 centros sobre CI Africano*. Visitas ao terreno (em curso) para ajudar a identificar o potencial da capacidade local para difundir o CI
- Acordos com os centros sobre CI nos Camarões e Zimbabué para *pesquisar práticas CI e preparar sínteses respectivas*.

Aplicar o Conhecimento Indígena no processo de desenvolvimento

Concentração na fase inicial de maior consciencialização:

- Comunicação da gestão superior aos funcionários da Região África do Banco Mundial sobre a importância do CI
- Preparado relatório "*Conhecimento Indígena ao Serviço do Desenvolvimento: Um Enquadramento para Funcionamento*".
- Preparado um *vídeo* de 4 minutos sobre CI (passado na página externa da Internet da Região da África do Banco Mundial como um "tema quente").
- O CI foi apresentado na "*Exposição sobre Conhecimento*" durante as Reuniões Anuais do Banco Mundial e FMI (Outubro de 1998), com a participação do parceiro CIRAN.

Criar Parcerias

- Criadas *parcerias externas* com a PICTA (Partnership for Information and Communication Technology for Africa, que compreende CISDA, CEA, CIID, UIT, PNUD, UNESCO) e outros parceiros, entre eles OIT, OMPI, OMS e SANGONet; parceiros externos para a troca de experiências com conhecimento indígena e promoção da integração do CI no processo de desenvolvimento.
- Criado um *painel consultivo externo*, para dar parecer à iniciativa sobre estratégia e execução.*
- Desenvolvida uma estreita colaboração com CIRAN (Centre for International Research and Advisory Networks) em Nuffic (Organização Holandesa para a Cooperação Internacional no Ensino Superior). CIRAN actua como o eixo central da *rede global dos centros de conhecimento indígena*.
- WIPO criou um gabinete para se ocupar dos *direitos de propriedade intelectual* do CI

Contacto

Reinhard Woytek
Africa Region Knowledge and Learning Center
The World Bank
1818 H Street NW
Washington DC 20034, USA

Tel: 202 473 1641 Fax: 202 477 2977
e-mail: rwoytek@worldbank.org
Website: <http://worldbank.org/html/afr/ik/index.htm>

* At present, the panel members are: Shakeel Bhatti, World Intellectual Property Organization (WIPO); Karima Bounemra Ben Soltane, Director, Development Information Services, ECA; Derrick Cogburn, Director, Centre for Information Society Development in Africa (CISDA); Pierre Dandjinou, Sustainable Development Networking Programme (SDNP/UNDP); Hezekiel Dlamini, UNESCO, Kenya; Johan Ernberg, ITU; Anriette Esterhuysen, Executive Director, Southern African Nongovernmental Organization Network (SANGONET); Guus von Leibenstein, Director, Center for International Research and Advisory Networks (CIRAN); Charles Musisi, International Council for research on Agroforestry (ICRAF) Uganda; Kate Wild, IDRC.

Matrizes

Matriz 1 “Tipologia e Aspectos Sectoriais do Conhecimento Indígena a Nível de Comunidades” ajuda a determinar qual o método a escolher para apoiar o CI num programa de desenvolvimento. A Matriz descreve: áreas sectoriais específicas do conhecimento indígena; práticas típicas que são importantes para o processo de transferência; manifestação de CI em objectos (artefactos) ou cultura (leis, rituais, organização) que poderiam ajudar a criar uma facilidade de acesso do público exterior ao CI.

Matrizes 2 a 4 (“Aumentar e Melhorar as Informações Existentes sobre Conhecimento Indígena”, “Aumentar a Percepção da Importância do Conhecimento Indígena” e “Estabelecer uma Rede Global para o Intercâmbio de Conhecimento Indígena”) descrevem o âmbito geral de acção necessário para continuar a integrar o CI no processo de desenvolvimento. Sugere-se, para cada uma das áreas de acção, o seu estado actual, actividade e método necessários.

Matriz 5: “A Partilha de Responsabilidades no Intercâmbio do Conhecimento Indígena” indica um campo possível de parceria. Face à natureza especial do CI, é mais provável que ONGs e as Organizações Comunitárias sejam os agentes primários de recolha e registo e de parte das actividades de validação do CI a nível de comunidade. Estas organizações precisariam de um apoio substancial para ajudar a identificar, registar, validar e difundir conhecimentos indígenas. Neste contexto, os parceiros de desenvolvimento podiam considerar apoiar a criação de gabinetes de apoio ao CI no seio de determinadas ONGs.

Matrizes 6 e 7 “Meios Tradicionais e Modernos de Transferência do Conhecimento Indígena” descrevem os instrumentos utilizados na transferência de conhecimento dentro e através das comunidades. Estas matrizes indicam também as potenciais áreas de participação dos parceiros de desenvolvimento.

De uma forma mais específica, a **Matriz 8 “Intercâmbio do Conhecimento Indígena”** apresenta um panorama de questões associadas ao processo de intercâmbio de acordo com os seus actores, instrumentos e possíveis constrangimentos a serem resolvidos no contexto da assistência externa.

Estas matrizes não têm a pretensão de cobrir todas as áreas de conhecimento indígena relevantes para o processo de desenvolvimento. Qualquer tentativa de uma cobertura integral levaria a uma apresentação aligeirada, enciclopédica de práticas locais ou de meios de intercâmbio de conhecimentos. Assim, as matrizes têm uma predominância rural. No entanto, à medida que a iniciativa evolui, há intenção de também incorporar na base de dados exemplos de práticas de CI nas áreas urbanas. Alguns parceiros como por exemplo a UNESCO estão a apoiar actividades em certas áreas urbanas que podem vir a proporcionar uma boa fonte de informação sobre CI nestas zonas.

Matriz 1: Tipologia e Aspectos Seleccionados do Conhecimento Indígena a Nível de Comunidades

Categoria Sector	Área de Conhecimento (exemplos)	Portadores do Conhecimento	Manifestações de Conhecimento (exemplos)
Agricultura	<ul style="list-style-type: none"> ▪ classificação do solo e da terra ▪ cultivo, protecção plantas ▪ sociologia das plantas ▪ características das colheitas sob stress 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ todos os agricultores (segundo sexo ou grupo étnico) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ variedades locais, técnicas de cultivo, técnicas de plantas
Criação de animais e medicina veterinária étnica	<ul style="list-style-type: none"> ▪ reprodução ▪ tratamento dos animais ▪ sociologia das plantas: espécies resistentes à seca ▪ tratamento de parasitas externos e internos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ nómadas, pastores, zeladores de animais 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ raças ▪ locais de existência de água ▪ rotas do gado
Tecnologias e nutrição pós-colheitas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ protecção contra parasitas ▪ tratamento de sementes e produtos ▪ preparação de alimentos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ quase todos agricultores ▪ especificamente mulheres 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ sistemas de armazenamento ▪ produtos alimentares ▪ cosméticos
Uso e gestão de recursos naturais e protecção ambiental	<ul style="list-style-type: none"> ▪ fontes e qualidades de matérias primas ▪ sociologia das plantas, plantas/produtos sub utilizados ▪ medidas para controlo da erosão ▪ ciclos de longo prazo do clima e do ambiente 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ quase todos agricultores ▪ mulheres ▪ artífices 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ produtos de silvicultura ▪ socalcos, ▪ regulamentação sobre propriedade pública ▪ estatutos da aldeia ▪ fornecimento de matérias primas e produtos
Artesanatos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ trabalhos em madeira ▪ fundição ▪ tecelagem 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ grupos ou indivíduos especialistas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ produtos semi-acabados ▪ ferramentas ▪ arte
Cuidados de Saúde Primários, medicina preventiva e cuidados psico-sociais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ plantas medicinais, planeamento familiar, saúde reprodutiva 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ curandeiros, mulheres, grupos especiais 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ ervas medicinais, tratamentos ▪ cuidados dispensados às crianças ▪ preparações ▪ produtos botânicos, animais e minerais ▪ integração na sociedade de elementos marginalizados psicologicamente doentes
Poupança e Crédito	<ul style="list-style-type: none"> ▪ avaliação de riscos ▪ poupança em espécie 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ grupos de poupança ▪ prestamistas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ garantia em grupo ▪ condições ▪ partilha do risco
Desenvolvimento da Comunidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ partilha do poder ▪ estabelecimento de redes ▪ actividades de relações públicas "lobbying" 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ idosos ▪ líderes locais 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ rituais ▪ estatutos, regulamentos ▪ sensibilização
Redução da Pobreza	<ul style="list-style-type: none"> ▪ estratégias para evitar o risco, assistência bairro 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ idosos ▪ líderes locais 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ rituais ▪ dependências, ▪ estatutos da aldeias, integração dos marginalizados ▪ afinidade

Fonte: Funcionários do Banco Mundial

Matriz 2: Aumentar e Melhorar as Informações Existentes sobre o Conhecimento Indígena

Registrar e documentar o conhecimento indígena	<ul style="list-style-type: none"> ▪ diversos estudos antropológicos com informações sobre conhecimento indígena ▪ número crescente de estudos no terreno e de literatura e cursos práticos sobre assunto ▪ maioria estudos são descritivos e não analíticos com pouca informação retroactiva às comunidades locais 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ ferramentas participatórias para analisar e embalar conhecimento indígena de uma forma fácil para o utilizador; ▪ sistemas para armazenamento de base de dados 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ estudos no terreno ▪ estudos sobre literatura ▪ cursos práticos ▪ cooperação com as OCs e ONGs
Área de Acção	Estado	Acção Necessária	Método
Testar e aplicar metodologias no terreno para registo do uso e transferência do conhecimento indígena	<ul style="list-style-type: none"> ▪ número limitado de estudos metodológicos ▪ alguns projectos envolvem testes através de métodos participatórios ▪ alguns projectos integram o registo do uso de conhecimento indígena ▪ número substancial de pequenos projectos de ONGs utiliza conhecimento indígena mas pouquíssimas experiências foram documentadas, muito menos difundidas. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ estudos sobre modo como projectos podem avaliar conhecimento indígena importantes ▪ apoio às ONGs para documentar e analisar experiências ▪ estudos sistemáticos de transferências de conhecimento indígena 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ estudos metodológicos ▪ análise de projectos que registam e usam conhecimento indígena ▪ aprender com as aplicações e transferências bem sucedidas de conhecimento indígena ▪ estudar combinações bem sucedidas de conhecimento indígena com conhecimentos estrangeiros
Validação do conhecimento indígena	<ul style="list-style-type: none"> ▪ até ao momento, pouco se fez (à excepção de pesquisa de plantas medicinais); informações sobre eficácia estão dispersas e são de acesso difícil; informações limitadas sobre transferências bem sucedidas. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ teste no terreno e investigação nas estações por instituições nacionais de investigação, incluindo análise económica ▪ estudar registos de cientistas, profissionais e missionários do início do século ▪ estudar registos de transferências de tecnologia de conhecimento indígena 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ compilar avaliações dos utilizadores ▪ testes no terreno ▪ investigação nas estações ▪ testes de laboratório ▪ registar casos bem sucedidos de transferência
Disponibilizar as informações	<ul style="list-style-type: none"> ▪ nos últimos anos, o montante de registos e intercâmbio aumentou (documentos, “newsletters”, vídeos etc., o número de redes de conferências), mas a análise ainda é reduzida. ▪ existe informação considerável (académica e descritiva) em várias páginas da Internet ▪ estão em funcionamento listas de utilização ▪ algumas bases de dados sobre conhecimentos ecológicos tradicionais ▪ aumentou a cobertura dos grandes meios comunicação sobre povos indígenas e diversidade biológica ▪ nos países em desenvolvimento, actividades de informação mal coordenadas ▪ museus tradicionalmente expõem artefactos locais como manifestações de conhecimento indígena 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ melhorar as redes regionais para promover o intercâmbio de fontes, projectos e actores de conhecimento indígena ▪ aumentar cobertura pública ▪ criar bases de dados acessíveis 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ produção e difusão de documentos, audiovisuais e artefactos ▪ preparar conferências ▪ apoiar redes existentes e em funcionamento, centros de troca de informações, demonstrações de base de dados, exposições, museus, etc.

Fonte: Mathias, E. (1995) com ligeiras adaptações feitas pelos funcionários do Banco Mundial

Matriz 3: Aumentar a Percepção da Importância do Conhecimento Indígena e Elevar a Aplicação de Conhecimento Indígena nas Actividades de Desenvolvimento

Área de Acção	Estado	Acção Necessária	Método
Aumentar a percepção do valor e uso potencial de conhecimento indígena entre <ul style="list-style-type: none"> ▪ povos locais ▪ trabalhadores e organizações no terreno ▪ professores, cientistas e outros académicos ▪ responsáveis pela elaboração de políticas e planeamento do desenvolvimento 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ ainda poucas actividades mas a aumentar ▪ nalguns casos, populações locais participam como parceiras ou actores ▪ integração limitada de módulos de conhecimento indígena em cursos regulares de formação sobre desenvolvimento rural ▪ informação sobre conhecimento indígena não está adequadamente embalada para uso pelos responsáveis pela adopção de políticas e planeamento do desenvolvimento ▪ alguns documentos de políticas reconhecem valor conhecimento indígena (como as normas do Banco Mundial para colaboração com os povos indígenas); experiência com aplicação prática não está registada 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ participação externa para ajudar as comunidades a registar, documentar e utilizar o conhecimento indígena próprio ▪ avaliações de tecnologia participatória ▪ intercâmbio pessoal entre profissionais ▪ integração de módulos de conhecimento indígena em curricula de escolas, institutos de formação e universidades ▪ pacotes de informações destinados a políticos, responsáveis tomada decisões e planeamento desenvolvimento ▪ normas nacionais ou sectoriais 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ projectos ▪ cursos práticos, documentários em vídeo ▪ preparar conferências, audiovisuais e visitas ao terreno ▪ visitas recíprocas, desenvolver “Manuais De Que Modo” para o registo, partilha e difusão do conhecimento indígena ▪ preparar sínteses, estabelecer análises de eficácia em função do custo para as aplicações de conhecimento indígena ou transferências para a economia nacional ▪ ferramentas que permitam aos autores e executores do projecto reconhecer, validar e incorporar conhecimento indígena.
Fornecer instrumentos e métodos para registar e utilizar conhecimento indígena nos projectos de desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> ▪ existem manuais para os trabalhadores no terreno, preparados por IIRR e CIKARD, sobre o modo como registar e documentar conhecimento indígena por via de métodos participatórios para uso manual ou computador ▪ existem estudos de casos que não puderam ser apresentados de uma forma mais agradável para o utilizador. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ manuais de uso cada vez mais fácil ▪ cobertura de tópicos específicos (por ex: conhecimento indígena e a conservação de recursos genéticos dos cultivos) e culturas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ adaptar manuais aos diferentes públicos e fins ▪ teste no terreno dos manuais
Formar pessoal no terreno das OG e ONG na área de ferramentas e métodos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ existência limitada (cursos oferecidos pela Universidade de Edinburgh IIRR) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ cursos e métodos para o registo e uso do conhecimento indígena ▪ materiais de divulgação e ensino sobre tecnologias indígenas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ estações de investigação e institutos ensino a nível comunidade irão adoptar cursos ▪ acordos de geminação; ▪ pacote de materiais de formação próprios para utilizadores específicos, para funcionários divulgação rural, ONGs, funcionários desenvolvimento, etc. ▪ formação de formadores ▪ melhorar a comunicação entre actores do intercâmbio de conhecimento indígena

Fonte: Mathias, E. (1995) com ligeiras adaptações dos funcionários do Banco Mundial

Matriz 4: Formação de uma Rede Global para Intercâmbio dos Conhecimento indígena

Área de Acção	Estado	Acção Necessária	Método
Alianças estratégicas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ poucas iniciativas em curso (PICTA, Bellanet) ▪ recursos limitados ▪ actividades isoladas de ONG ▪ investigação dirigida para documentação e registo, não para o intercâmbio ▪ interesses do sector privado centrados em tecnologias e produtos únicos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ acordo sobre partilha de informação ▪ reconciliação de actividades com acordos internacionais (agenda 21, diversidade biológica, etc.) ▪ cooperação com ONG e sector privado 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ estabelecer um fórum de intercâmbio regular (electrónico); patrocinar conferência internacional ▪ actividades geminadas de investigação envolvendo ONG e sector privado ▪ estabelecer ligação com as redes existentes, tais como a Rede CI
Clarificação de Problemas Pendentes	<ul style="list-style-type: none"> ▪ disputa sobre direitos propriedade intelectual ainda não estão resolvidos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ executar ou adaptar acordos existentes 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ patrocinar conferência internacional de peritos e partes interessadas
Instalação de centros de troca de informações regionais e intra-regionais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ ainda não foram criados numa base internacional; alguns centros regionais com capacidades limitadas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ bases de dados ▪ enquadramento para o intercâmbio ▪ centros operacionais e eficazes 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ compilar metodologias ▪ assistir actuais centros eficazes em localizações descentralizadas
Criação de um intercâmbio “Pessoa a Pessoa”	<ul style="list-style-type: none"> ▪ troca de conhecimentos sobretudo no sentido Sul-Norte-Sul; algum progresso no estabelecimento de ligações 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ intercâmbio directo entre fornecedores e destinatários de conhecimentos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ descentralizar redes ▪ registos de conhecimentos ▪ indicadores e centros de excelência ▪ transcrições semânticas ▪ padrões de qualidade ▪ supervisão da qualidade ▪ melhoria da estrutura de comunicação

Fonte: Funcionários Banco Mundial.

Matriz 5: A Partilha de Responsabilidades no Intercâmbio do Conhecimento indígena

Actores	Área de Acção	Actividade	Parceiros Chave
Comunidades Locais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ manter e preservar CI ▪ registar e documentar CI ▪ transferir CI 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “documentar” práticas (nem sempre explícitas) ▪ validar práticas ▪ identificar fontes chave de conhecimentos ▪ desenvolver estratégias de preservação ▪ partilhar com outras comunidades 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ OCs, ONGs ▪ serviços de divulgação ▪ serviços voluntários
OCs, ONGs	<ul style="list-style-type: none"> ▪ manter e preservar CI ▪ captar e documentar CI ▪ transferir local e regionalmente ▪ difundir ▪ advogar 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ fornecer e operar documentação e espaço de acesso (bibliotecas, bases de dados, centros de informações, tele-centros, etc.) ▪ produzir material informativo (imprensa escrita, rádio, TV, teatro, etc.) ▪ organizar intercâmbio local (conselhos, visitas de intercâmbio, grupos de teatro, uso meios de comunicação, etc.) ▪ organizar intercâmbio regional através do estabelecimento de redes 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ governos ▪ sector privado ▪ investigação ▪ comunidade dadora
Governos Nacionais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ fornecer enquadramento jurídico e institucional ▪ facilitar o estabelecimento de uma rede 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ proteger os direitos de propriedade (intelectual) ▪ facilitar o acesso e troca de informação ▪ incluir nos currícula nacionais os conhecimentos locais ▪ facilitar as viagens regionais ▪ facilitar o acesso aos meios de comunicação 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ organizações internacionais ▪ comunidade dadora
Investigação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ reconhecer os recursos do conhecimento indígena ▪ validar o conhecimento indígena ▪ difundir as descobertas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ melhorar a metodologia para estudo do conhecimento indígena ▪ fornecer acesso às descobertas da investigação ▪ incluir as descobertas na área do ensino ▪ facilitar o intercâmbio entre as instituições públicas e privadas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ governos ▪ comunidade dadora
Sector Privado	<ul style="list-style-type: none"> ▪ reconhecer os direitos das fontes de conhecimento indígena 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ comprar direitos ou licenças 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ comunidade dadora ▪ ONGs
Comunidade Dadora	<ul style="list-style-type: none"> ▪ reconhecer a importância do CI ▪ difundir informações sobre CI ▪ aumentar a percepção da importância entre os parceiros 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ criar plataformas internas de intercâmbio e cooperação ▪ estabelecer contacto com fontes de CI e parceiros ▪ incluir aspectos do conhecimento indígena nas estratégias e métodos de assistência 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ ONGs
Organizações Internacionais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ reconhecer as necessidades especiais do conhecimento indígena 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ proporcionar cláusulas especiais nos acordos internacionais sobre DPI, comércio, intercâmbio cultural, etc. ▪ proporcionar acesso aos “fora” internacionais dos protagonistas do conhecimento indígena 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ comunidade dadora ▪ ONGs
Banco Mundial	<ul style="list-style-type: none"> ▪ aumentar a percepção da importância dentro da instituição ▪ aumentar a percepção da importância entre os parceiros e partes interessadas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ fornecer informações internas sobre CI (Internet, imprensa, feiras para troca de conhecimentos, incluir em base de dados de conhecimentos especializados...) ▪ fornecer informações a parceiros (conferência, parcerias especiais tais como PICTA, apoio iniciativa local) ▪ patrocinar e advogar métodos de projectos que se fundamentem no conhecimento local ▪ convocar conferências ou cursos práticos internacionais ▪ advogar a causa do CI junto das organizações internacionais 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ ONGs • comunidade dadora • governos

Fonte: Funcionários do Banco Mundial

Matriz 6: Meios Tradicionais de Transferência de Conhecimento Indígena

Actores e Modo de Transferência	Sectores	Meios e Via	Contexto de Intercâmbio	Teor	Potencial Comunitário
Pais -filhos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ ambiente ▪ agricultura e criação animais ▪ nutrição ▪ artesanato 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ oral ▪ prática ▪ artefactos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ hierarquia 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ qualificações tradicionais ▪ práticas comuns ▪ valores 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ limitado excepto
Mestre – aprendiz	<ul style="list-style-type: none"> ▪ remédios locais ▪ artefactos típicos da aldeia ▪ cuidados básicos de saúde 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ oral ▪ prática ▪ formação individual 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ hierarquia ▪ reputação ▪ conhecimentos técnicos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ conhecimentos e qualificações especializados ▪ valores 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ moderado AT, ser
Intercâmbio público (Mercados, reuniões, etc.)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ ambiente, agricultura ▪ nutrição ▪ mercados ▪ artesanato 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ oral ▪ artefactos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ paridade ▪ reputação ▪ conhecimentos técnicos ▪ autoridade 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ notícias ▪ produtos ▪ percepção 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ moderado através
Grupos Informais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ ambiente ▪ agricultura ▪ nutrição ▪ artesanato 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ oral ▪ artefactos ▪ prática 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ paridade ▪ reputação ▪ conhecimentos técnicos ▪ hierarquia 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ notícias ▪ conhecimentos e qualificações especializados ▪ percepção 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ baixo
Organizações Locais e Autoridades Tradicionais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ ambiente ▪ agricultura ▪ nutrição ▪ artesanato ▪ desenvolvimento da comunidade 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ oral ▪ artefactos ▪ prática 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ paridade ▪ concorrência ▪ reputação ▪ conhecimentos técnicos ▪ hierarquia 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ notícias ▪ conhecimentos e qualificações especializados ▪ valores ▪ percepção 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ moderado formação
Contadores de Histórias	<ul style="list-style-type: none"> ▪ não especificado, desenvolvimento da comunidade 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ oral ▪ cenas e peças ▪ cantigas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ reputação 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ notícias ▪ informação técnica específica ▪ valores 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ moderado
Chefes Espirituais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ ambiente ▪ agricultura ▪ saúde ▪ desenvolvimento da comunidade 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ oral 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ autoridade 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ valores ▪ desenvolvimento comunitário 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ moderado coopera
Actividades Produtivas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ artesanato ▪ agricultura ▪ ambiente ▪ desenvolvimento da comunidade 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ oral ▪ artefactos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ reputação, paridade, concorrência 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ notícias ▪ informação específica 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ elevado desde q sectoria
Migração	<ul style="list-style-type: none"> ▪ ambiente ▪ artefactos ▪ valores 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ oral ▪ prática 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ paridade ▪ concorrência ▪ conhecimentos técnicos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ conhecimentos e qualificações ▪ valores 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ moderado em prog sedenta

Fonte: Funcionários do Banco Mundial

¹ Direct involvement of donors in the local transfer of knowledge depends largely on approaches chosen. Working through local intermediaries along participatory principles makes such processes more accessible.

Matriz 7: Meios Modernos de Transferência de Conhecimento Indígena

Modo de Transferência	Sectores	Meios e Via	Contexto de Intercâmbio	Teor	Potencial para Participação
Ensino Primário e Secundário	<ul style="list-style-type: none"> não especificado 	<ul style="list-style-type: none"> ensino 	<ul style="list-style-type: none"> hierárquico 	<ul style="list-style-type: none"> conhecimento qualificações percepção 	<ul style="list-style-type: none"> muito elevado: preparação de currículos didáticos, AT
Universidades	<ul style="list-style-type: none"> não especificado 	<ul style="list-style-type: none"> ensino prática excursões TIC 	<ul style="list-style-type: none"> hierarquia paridade conhecimentos técnicos demonstração reputação 	<ul style="list-style-type: none"> conhecimentos; percepção 	<ul style="list-style-type: none"> muito elevado: financiamento de investimentos, validação, AT
Escolas profissionais	<ul style="list-style-type: none"> artefactos 	<ul style="list-style-type: none"> ensino prática excursões 	<ul style="list-style-type: none"> hierarquia conhecimentos técnicos 	<ul style="list-style-type: none"> conhecimento; qualificações 	<ul style="list-style-type: none"> elevado: elaboração de currículos, intercâmbio, AT, formação
Educação Adulta	<ul style="list-style-type: none"> não especificado 	<ul style="list-style-type: none"> ensino excursões jogos de simulação desempenho papeis cursos práticos rádio TV tele-centros 	<ul style="list-style-type: none"> hierarquia paridade reputação 	<ul style="list-style-type: none"> conhecimento percepção 	<ul style="list-style-type: none"> elevado: financiamento de programas, formadores
Serviços de Consulta	<ul style="list-style-type: none"> não especificado, principalmente saúde, agricultura e ambiente 	<ul style="list-style-type: none"> oral literatura cartazes rádio TV, vídeo TIC peças de teatro encontros tele-centros excursões 	<ul style="list-style-type: none"> conhecimentos técnicos reputação paridade 	<ul style="list-style-type: none"> conhecimento qualificações percepção 	<ul style="list-style-type: none"> muito elevado: formação de formadores de divulgação, financiamento
Missões	<ul style="list-style-type: none"> agricultura saúde artefactos 	<ul style="list-style-type: none"> oral prática 	<ul style="list-style-type: none"> demonstração prática muito antiga 	<ul style="list-style-type: none"> qualificações 	<ul style="list-style-type: none"> moderado: estreita cooperação, um missionários propagam
Grupos de defesa de interesses, ONG, OC	<ul style="list-style-type: none"> não especificado sobretudo desenvolvimento comunitário 	<ul style="list-style-type: none"> oral encontros 	<ul style="list-style-type: none"> paridade, reputação 	<ul style="list-style-type: none"> conhecimento qualificações percepção 	<ul style="list-style-type: none"> elevado: cooperação, apoio, formação
Educação à distância	<ul style="list-style-type: none"> não especificado principalmente técnicos 	<ul style="list-style-type: none"> rádio, TV, tele-centros literatura 	<ul style="list-style-type: none"> paridade, transferência a pedido 	<ul style="list-style-type: none"> conhecimento percepção 	<ul style="list-style-type: none"> elevado: no caso ser viável modo ao desenvolvimento de
Serviços Informativos Especializados	<ul style="list-style-type: none"> não especificado principalmente técnicos 	<ul style="list-style-type: none"> rádio, TV tele-centros literatura 	<ul style="list-style-type: none"> transferência a pedido 	<ul style="list-style-type: none"> conhecimento qualificações 	<ul style="list-style-type: none"> muito elevado: novas aplicações, necess elevado com a TIC mod

Fonte: Funcionários do Banco Mundial

Matriz 8: Intercâmbio de Conhecimento Indígena

Categoria Sector	Identificação e Reconhecimento	Validação	Documentação e Registo	Armazenamento	Transferência	Difusão
Actores	<ul style="list-style-type: none"> proprietários de conhecimentos seus representantes peritos agentes de divulgação governos 	<ul style="list-style-type: none"> proprietários de conhecimentos ONGs, OCs especialistas, investigadores 	<ul style="list-style-type: none"> proprietários de conhecimentos ONGs peritos em temas de assuntos peritos para indexação e codificação bibliotecas, documentalistas 	<ul style="list-style-type: none"> proprietários de conhecimentos ONGs, governos bancos de dados, bibliotecas, arquivos documentalistas 	<ul style="list-style-type: none"> detentores de conhecimentos ONGs e OCs agentes da informação serviços de divulgação, professores consultores, investigadores, governos 	<ul style="list-style-type: none"> serviços de divulgação serviços de informação meios de comunicação pública
Participantes	<ul style="list-style-type: none"> agricultores, produtores, profissionais, idosos, clérigo peritos, investigadores museus, lojas e mercados, redes de informação arquivos 		<ul style="list-style-type: none"> bibliotecas profissionais meios de comunicação 	<ul style="list-style-type: none"> agentes da informação 	<ul style="list-style-type: none"> agricultores e produtores empresas estudantes 	<ul style="list-style-type: none"> grupos parceiros
Métodos, meios e vias	<ul style="list-style-type: none"> levantamentos estudos painéis avaliação da participação rural deteção à distância medidas relatórios de observadores no século passado artefactos e produtos 	<ul style="list-style-type: none"> indicadores naturais sociais e económicos provas comparações análises dos colegas padrões de qualidade dos produtos testes no terreno ou no laboratório 	<ul style="list-style-type: none"> estudos levantamentos cassetes, fotografias, vídeos produtos e espécimes remote sensing medidas processos de produção pessoas preparadas 	<ul style="list-style-type: none"> documentos bases de dados bibliotecas fotografias; vídeos; cassetes processos e práticas (no local e fora do local) 	<ul style="list-style-type: none"> estudos de viabilidade ensino aplicações piloto demonstração formação visitas de intercâmbio 	<ul style="list-style-type: none"> características informação educação comunicação história pequenas palavras
Constrangimentos e Problemas	<ul style="list-style-type: none"> falta parcial de metodologia falta de pessoal preparado em metodologias 	<ul style="list-style-type: none"> falta de metodologias associadas ao conhecimento tácito ideias pré concebidas e mistificações 	<ul style="list-style-type: none"> falta de pessoal preparado em metodologias estabelecimento de prioridades prática corrente de financiamento de projectos por ONG que ignora o papel das actividades de documentação e informação (custos de funcionamento não cobertos; redução das actividades de informação) 	<ul style="list-style-type: none"> prazos para as transferências subestimados abordagens do topo para a base escolha tecnologia falta de competência tecnológica má qualidade da informação transferência tradicional num único sentido feita de Norte para o Sul 	<ul style="list-style-type: none"> intercâmbio grupos espécimes falta aplicação taxa não má informação 	
Papel a Desempenhar pela Comunidade Dadora	<ul style="list-style-type: none"> identificar áreas com lacunas metodológicas formar pessoal em métodos próprios 	<ul style="list-style-type: none"> assistir no desenvolvimento de metodologia e formação profissional criar plataformas para um intercâmbio integral sobre CI 	<ul style="list-style-type: none"> assistir na preparação de metodologia, com particular referência às mulheres como portadoras de conhecimento alterar os princípios do financiamento e do co-financiamento 	<ul style="list-style-type: none"> aumento de capacidade proporcionar métodos e escalonamento piloto propagar e apoiar a transferência Sul- Sul introduzir padrões de qualidade da informação 	<ul style="list-style-type: none"> assessoria políticas assessoria existência serviços 	

Fonte: Funcionários do Banco Mundial.

Metodologia

Ao executar as actividades propostas, a Iniciativa CI tem de levar em conta os interesses dos vários parceiros, o potencial dos contribuintes para o conhecimento indígena e as limitações de recursos. Tal exige um método que facilite o contínuo intercâmbio recíproco de informação durante a implementação, a criação de capacidade local e um processo que seja aberto a novos parceiros e contribuições. Um painel consultivo externo constituído por peritos em CI e TIC dá o seu parecer à Iniciativa quanto a questões de estratégia e operacionais chave.

Difusão de informações

A iniciativa identificaria instrumentos pilotos para a captação, difusão e aplicação de conhecimento indígena. Para tal, as fontes de CI identificadas em vários países ficariam com o encargo de reportar sobre uma série de práticas indígenas. Estes relatórios iriam acrescentar a base de conhecimentos sobre CI, e serviriam também como um meio de avaliar modos e métodos para a captação de conhecimento indígena. Entre os métodos que podiam ser aplicados contam-se as entrevistas no terreno, avaliações comunitárias num regime participatório ou grupos de estudo com ONG. Os projectos do Banco Mundial e dos parceiros da iniciativa contribuiriam com as suas experiências para a integração do CI no processo de desenvolvimento. A iniciativa também contribuirá para a base de conhecimento do Banco Mundial e dos seus parceiros.

Facilitar o intercâmbio de informações entre as comunidades em desenvolvimento

Os relatos de práticas de CI seriam coligidos e resumidos numa base de dados acessível ao público que também estabelece a ligação, sempre que possível, com a fonte original da informação. Os casos que tenham um interesse específico seriam publicados numa revista mensal. A iniciativa iria – numa base piloto – ajudar a aumentar a capacidade das instituições de CI existentes para melhorar a rede de ligações entre elas próprias bem como para captar e difundir as informações sobre CI. Tal incluiria o fornecimento de ligação básica ou parecer sobre tal ligação, bem como apoio no estabelecimento de acesso à World Wide Web. Adicionalmente, (também numa base piloto) seriam identificadas as comunidades que pudessem ser assistidas no estabelecimento e operação de um telecentro baseado na aldeia.

Aplicar Conhecimento Indígena no processo de desenvolvimento

Os três elementos necessários para uma integração bem sucedida do CI no processo de desenvolvimento compreendem a criação de uma consciência, aplicações numa base piloto e “racionalização”. Inicialmente, a iniciativa centrar-se-ia no aumento de percepção dos responsáveis pela tomada de decisões nas organizações de desenvolvimento e nos governos nacionais. Aparte a publicação de alguns casos especiais de CI, a iniciativa irá fazer apresentações especiais durante acontecimentos que contam com a presença dos parceiros (por exemplo, a Reunião Anual do Banco Mundial). Está a ser contemplada uma conferência regional em África para aumentar a consciência da importância do CI entre os responsáveis pela decisões de políticas. Numa fase mais avançada, a atenção seria centrada no desenvolvimento de pilotos e a uma racionalização feita através dos projectos. Esta última seria conseguida através do recurso a “histórias de sucesso” para demonstrar que o uso de CI pode ter um contributo positivo no processo. A selecção cuidadosa (países e projectos) iria, por seu turno, ajudar a desenvolver ainda mais exemplos a serem utilizados em fases posteriores para convencer outros colegas. Para os parceiros, a colaboração em torno de pilotos e da obtenção de “visibilidade” conseguida pelo envolvimento de líderes dos organismos “dando o seu patrocínio” aos pilotos ajudaria a mandar o tão necessário “sinal” aos profissionais do desenvolvimento.

Criar parcerias

A iniciativa procurará estabelecer parcerias que ultrapassem os países membros da PICTA. Será dada especial atenção à criação de estreitas relações de trabalho com ONGs, a rede global de CI e, onde for possível, através de projectos e organizações de parceiros com as comunidades locais para extrair ensinamentos das suas experiências.

ⁱ James D. Wolfensohn, Presidente do Banco Mundial, no discurso proferido nas Reuniões Anuais do Banco Mundial e FMI de 1998.

ⁱⁱ No Anexo I faz-se uma apresentação da Iniciativa CI. Os parceiros da Iniciativa CI são:: CIRAN/Nuffic, CISDA, CEA, GTZ, CIID, UIT, OMT, SANGONNet, PNUD, UNESCO, OMS, OMPI e Banco Mundial (parceiro principal).

ⁱⁱⁱ O presente documento foi preparado por Reinhard Woytek (Consultor e Gestor da Iniciativa CI) sob a orientação global de Nicolas Gorjestani (Gestor de Programa, Iniciativa CI). O documento beneficiou de sugestões da Equipa da Iniciativa CI no Banco Mundial (Região África e Grupo Soluções para a Informação) bem como das opiniões do painel de consultores externos da Iniciativa CI composto por representantes das instituições parceiras. Uma primeira versão (datada de 15 de Outubro de 1998) foi distribuída aos parceiros durante a reunião da PICTA em Tunes de 21 a 23 de Outubro de 1998. A versão actual reflecte as sugestões feitas e acordos alcançados pelos parceiros durante essa reunião. O financiamento da Iniciativa CI tem sido feito através de uma doação de “Innovation Marketplace” do Banco Mundial.

^{iv} Adaptado de Ellen e Harris (1996).

^v Até há relativamente pouco tempo, o conceito de conhecimento da comunidade do desenvolvimento estava primariamente influenciado pela filosofia e métodos da ciência ocidental. “À excepção de alguns antropólogos e historiadores, poucos reconheciam o facto de as ciências assentarem com frequência em culturas de outros povos e em civilizações espalhadas pelo mundo. Hoje, académicos e dirigentes reconhecem a importância de vários sistemas de conhecimentos locais ou fundamentados na cultura para resolver problemas urgentes de desenvolvimento e do meio-ambiente” [introdução à Conferência sobre Conhecimento Tradicional e Desenvolvimento Sustentável, Banco Mundial, Setembro de 1993, no âmbito do Ano dos Povos Indígenas do Mundo das Nações Unidas (Davies, S. e Ebbe, K., editores, 1995)].

^{vi} Artigo de Joseph Stiglitz, Vice Presidente e Economista Chefe do Banco Mundial, no International Herald Tribune de 6 de Outubro de 1998.

^{vii} Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial de 1998/1999: O Conhecimento ao Serviço do Desenvolvimento.

^{viii} Vide Anexo III para uma descrição mais detalhada das práticas seleccionadas.

^{ix} Por exemplo, as comunidades Tonga e Kalanga do Zimbabué dependem de sistemas de conhecimento indígena para determinar a produção alimentar e a divisão do trabalho entre os sexos e diferentes grupos etários, e, de uma maneira geral, para a sobrevivência da comunidade. Ver “IK-Notes 2” (publicação da Iniciativa CI, publicada pelo Banco Mundial, Novembro de 1998): “Sistemas de Conhecimentos Indígenas Sustentáveis em Agricultura nas Áreas Rurais de Matabelel e das Províncias do Norte e Sul do Zimbabué”.

^x A questão de saber se a técnica de corte e queimadas é sempre prejudicial ainda está a ser debatida. Na opinião de alguns, esta técnica pode ser adequada em certas circunstâncias.

^{xi} O IIRR (Instituto Internacional de Reconstrução Rural) preparou em 1996 um manual sobre como captar conhecimento indígena, intitulado “Registo e Uso de Conhecimento Indígena”, Silang, Cavite, Filipinas.

^{xii} Em 1995, o Portfolio Committee on Arts, Culture, Science, Language and Technology do Parlamento Sul-Africano adoptou o conhecimento indígena como uma componente crítica da reestruturação do Sistema de Ciência e Tecnologia da África do Sul. Em colaboração com o Council for Scientific and Industrial Research (CSIR), foi efectuado um projecto piloto para identificar tecnologias indígenas. Em 1997, o Portfolio Committee criou uma série de estruturas para ajudar a proteger e promover o conhecimento e a tecnologia indígena. Está em preparação um documento que deverá servir de base para a política nacional nesta matéria.